



PODER EXECUTIVO
MUNICÍPIO DE VILHENA
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE – SEMUS
SETOR DE COMPRAS

TERMO DE REFERÊNCIA

(Art. 6º, Inciso XXIII; Art. 40, §1º, Incisos I ao III da Lei 14.133/2021)

1. INTRODUÇÃO:

1.1. Em atendimento ao Art. 1º; Art. 2º Inciso II e Art. 11 da Lei 14.133/2021, o presente **Termo de Referência** tem por finalidade normatizar, disciplinar e definir, através dos procedimentos legais e pertinentes, os elementos que nortearão o Pregão Eletrônico para Contratação de Empresa especializada na prestação de **Serviços de Limpeza/Esgotamento de Fossa Séptica (esvaziamento, coleta, transporte e destinação final de dejetos líquidos e sólidos), Desobstrução de Encanamentos (desentupimento) e Limpeza de Caixa de Gordura e Serviços de Limpeza e Tratamento de Reservatórios de Água (caixas d'água e poço artesiano)** para atender as necessidades das Casa de Apoio de Vilhena localizada no Município de Porto Velho/RO, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas **neste Instrumento** e seus anexos.

1.2. A contratação será procedida por licitação, pela modalidade Pregão Eletrônico, com fundamento no **Art. 6º Inciso XLI, Art. 17, §2º da Lei nº 14.133/2021**, a qual institui normas para licitações e contratos administrativos;

1.3. A escolha da modalidade de Pregão Eletrônico para a realização deste processo licitatório justifica-se pela maior rapidez em sua execução e pela possibilidade de se obter preços mais vantajosos pela Administração, pela probabilidade que têm os licitantes de reduzir preços durante a disputa licitatória (**Art. 18, Inciso VII da Lei 14.133/2021**).

1.4. O julgamento das Propostas de Preços dar-se-á pelo critério de **MENOR PREÇO POR ITEM**, desde que perfeitamente exequíveis e observadas às especificações técnicas e os parâmetros mínimos de desempenho definidos neste Instrumento.

1.5. CLASSIFICAÇÃO DO BEM COMUM (Art. 6, Inciso XIII; Art. 20; Art. 29 da Lei 14.133/2021; Decreto Municipal 59.671/2023, Art. 1º §1º):

1.5.1. O objeto enquadra-se na classificação de qualidade comum por apresentar padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos no ato convocatório e no





PODER EXECUTIVO
MUNICÍPIO DE VILHENA
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE – SEMUS
SETOR DE COMPRAS

presente Termo de Referência, por meio de especificações usuais do mercado e executada por grande número de empresas e Instituições do mercado, sem especificações técnicas complexa (Art. 29 da Lei 14.133/2021).

2. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA (Art. 6º, Inciso XXIII, Alínea j, Art. 92, Inciso VIII da Lei 14.133/2021):

2.1 Os recursos para as aquisições são oriundos dos Projetos Atividade “**Manutenção da Casa de Apoio em Porto Velho**”: 14.001.10.122.0071.2047.3.3.90.39.00.00 (13).

2.2 Outras fontes de recursos poderão ser acrescentadas no decorrer do exercício.

3. OBJETO (Art. 6º, Inciso XXIII, Alínea a, Art. 92, Inciso I da Lei 14.133/2021):

3.1. Pregão Eletrônico para Contratação de Empresa especializada na prestação de Serviços de Limpeza/Esgotamento de Fossa Séptica (esvaziamento, coleta, transporte e destinação final de dejetos líquidos e sólidos), Desobstrução de Encanamentos (desentupimento) e Limpeza de Caixa de Gordura e Serviços de Limpeza e Tratamento de Reservatórios de Água (caixas d’água e poço artesiano), para atender as necessidades das Casa de Apoio de Vilhena localizada no Município de Porto Velho/RO conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas **neste Instrumento** e seus anexos.

3.2. A descrição pormenorizada do Objeto:

3.3. Todos os serviços serão realizados no Município de Porto Velho/RO no endereço listado no item 9.4 deste Termo.

Cota Exclusiva Conforme Art. 48, Inciso I da Lei nº123/2006

ITEM	DESCRIÇÃO	Unid.	Quant.	MÉDIA	VALOR TOTAL
01	Serviço de retirada de detritos de fossa séptica (líquidos e sólidos de fossa séptica) limpeza de fossa séptica – cap. 07 m ³	Carga	40	R\$ 643,33	R\$ 25.733,20
02	Serviço de limpeza de caixa de passagem de gordura , inspeção e desobstruções de encanamentos (desentupimento).	Serviço	52	R\$ 250,33	R\$ 13.017,16
03	Serviço de Limpeza e Assepsia de Reservatório (Caixas D’água de 1.000 l) com hipoclorito de sódio a 12 %. Limpeza Semestral. Período de 12	Serviço	10	R\$ 833,33	R\$ 8.333,30





PODER EXECUTIVO
MUNICÍPIO DE VILHENA
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE – SEMUS
SETOR DE COMPRAS

	meses. Prazo Garantia: 06 (seis) meses para cada limpeza.				
04	Serviço de Limpeza e Assepsia de Poço Artesiano (20 a 30 metros de Profundidade) , com hipoclorito de sódio a 12 %. Limpeza Semestral. Período de 12 meses. Prazo Garantia: 06 (seis) meses para cada limpeza.	Serviço	2	R\$ 1.483,33	R\$ 2.966,66
VALOR TOTAL R\$ 50.050,32					

3.4. O orçamento foi realizado diretamente em Empresas do Ramo e pesquisa em Banco de Preços em Licitações, com valor Total de **R\$ 50.050,32 (Cinquenta mil e cinquenta reais e trinta e dois reais)**.

4. JUSTIFICATIVA (Art. 6º, Inciso XXIII, Alínea b da Lei 14.133/2021):

4.1. A Casa de Apoio do Município de Vilhena fica localizada no Município de Porto Velho/RO e é destinada ao acolhimento de munícipes que se deslocam do Cone Sul em busca de tratamento médico especializado na capital, a unidade recebe, em média, 70 (setenta) pacientes por semana, além de seus acompanhantes e servidores que realizam serviços diários de transporte, limpeza, preparo de alimentos, manutenção e demais procedimentos administrativos necessários para o pleno funcionamento da Unidade.

Os procedimentos de limpeza, higienização e controle sanitário são essenciais para garantir condições adequadas de funcionamento as instalações administrativas, de apoio ou atendimento aos usuários do Sistema Único de Saúde, vinculadas à Secretaria Municipal de Saúde, e a conformidade com as normas estabelecidas pela legislação sanitária vigente e pelas diretrizes da Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA.

Adicionalmente, destaca-se que o abastecimento de água da Casa de Apoio é proveniente de poço artesiano, armazenados nas caixas d'água e utilizada para consumo humano, preparo de alimentos, limpeza das instalações e higiene pessoal dos pacientes e acompanhantes. Assim, é imprescindível a realização da limpeza e desinfecção do poço artesiano e das caixas d'água, garantindo a potabilidade da água e a segurança sanitária dos usuários, prevenindo assim riscos de contaminação e agravos à saúde pública.

Considerando que o esgoto doméstico produzido na referida unidade é disposto em fossa séptica — sistema de tratamento primário de esgoto responsável pela separação e

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Estado de Rondônia - CNPJ 21.467.008/0001-32
Rua Geraldo Magela n.º 448 Centro
Vilhena CEP: 76980-060 Fone: (69) 3322-2945





PODER EXECUTIVO
MUNICÍPIO DE VILHENA
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE – SEMUS
SETOR DE COMPRAS

transformação físico-química da matéria sólida —, verifica-se que os resíduos sólidos tendem a se acumular ao longo do tempo, podendo, ao atingir sua capacidade máxima, ocasionar mau cheiro, entupimentos, proliferação de pragas e riscos à saúde. Dessa forma, torna-se necessária a realização periódica do esgotamento da fossa, a fim de evitar prejuízos às condições de salubridade do local e ao bem-estar dos pacientes e acompanhantes hospedados.

Ressalta-se que o Município não dispõe, em seu quadro efetivo, de pessoal técnico qualificado, tampouco de equipamentos e insumos específicos, para a execução adequada e segura da limpeza, desinfecção e controle sanitário mencionados.

Diante do exposto, resta devidamente justificada a necessidade de limpeza/esgotamento de fossa séptica a desobstrução de encanamentos e caixas de passagem de gordura e higienização desinfecção de poço artesiano e caixa d'água, visando à preservação da saúde pública, e o atendimento das normas sanitárias vigentes bem como à continuidade dos serviços essenciais prestados pela Unidade vinculada à Secretaria Municipal de Saúde.

5. ESTIMATIVA DE CONSUMO E DE VALOR:

5.1. Estimativa de Consumo (Art. 12 Inciso VII da lei 14.133/2021):

- a) A demanda foi levantada exclusivamente e sob total responsabilidade da Unidade Demandante e em função da necessidade dos Setores da mesma, conforme descrito **no item 7 do Estudo Técnico Preliminar**, Anexo I Deste Termo de Referência.
- b) Os quantitativos dos objetos licitados são de inteira responsabilidade da Coordenação da Casa de Apoio de Vilhena em Porto Velho/RO.

5.2. Estimativa de Valor (Art. 12 Inciso II; Art. 18 Inciso IV da Lei 14.133/2021):

- a) A Estimativa de valor encontra-se discriminada **no item 3 e seus subitens do presente termo bem como no Estudo Técnico Preliminar**, Anexo I Deste Termo de Referência e no Quadro Comparativo.

6. FORMA DA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS (Art. 6º Inciso XXIII Alínea e; Art. 40º §1º Inciso II e Art. 92º Inciso VII da Lei 14.133/21):





PODER EXECUTIVO
MUNICÍPIO DE VILHENA
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE – SEMUS
SETOR DE COMPRAS

6.1 Os Serviços deverão ocorrer na Casa de Apoio no município de Porto Velho/RO , dentro do horário de funcionamento da Unidade, sendo: de segunda a sexta-feira, em dias úteis, das 07 h:00 min as 18 h:00 min, ou em finais de semanas caso seja necessário.

6.2. A prestação dos serviços deverá estar dentro dos parâmetros estabelecidos, fornecendo todos os produtos, acessórios, e equipamentos em quantidade, qualidade e tecnologia adequadas, com observância às recomendações aceitas pelas boas técnicas, normas e legislação vigente e em quantidades necessárias à boa execução dos serviços;

6.3. As Limpezas dos Reservatórios de Água (Caixa d'água e Poço Artesiano) deve ocorrer conforme recomendação da ANVISA, com o intervalo máximo entre as lavagens de 06 meses.

6.4. Do Plano de Contingência para Execução dos Serviços de Limpezas dos Reservatórios de Água (Caixa d'água e Poço Artesiano):

6.4.1 Considerando que o processo de limpeza e higienização dos reservatórios de água poderá implicar na interrupção temporária do fornecimento de água, a empresa contratada deverá apresentar, previamente à execução dos serviços, plano de contingência contendo as medidas que serão adotadas para minimizar os impactos decorrentes da suspensão do abastecimento.

6.4.2 O referido plano deverá contemplar estratégias operacionais que assegurem a continuidade das atividades desenvolvidas na unidade, tendo em vista que o local realiza atendimento diário a pacientes, sendo imprescindível a manutenção das condições mínimas de funcionamento, higiene e assepsia das instalações.

6.4.3 Para tanto, a contratada deverá prever medidas destinadas a reduzir o tempo de desabastecimento e garantir o fornecimento mínimo de água potável durante a execução dos serviços, podendo incluir, entre outras soluções tecnicamente adequadas:

I – execução dos serviços em horários previamente acordados com a Administração, preferencialmente em períodos de menor fluxo de atendimento;

II – disponibilização de fonte alternativa de abastecimento de água potável, devidamente certificada pelos órgãos competentes, durante as etapas críticas da execução;

III – fornecimento de água por meio de caminhão-pipa com comprovação de potabilidade e certificação sanitária;





PODER EXECUTIVO
MUNICÍPIO DE VILHENA
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE – SEMUS
SETOR DE COMPRAS

IV – disponibilização de reservatórios móveis ou galões de água potável para atendimento das necessidades essenciais da unidade.

6.4.4 A execução dos serviços somente poderá ocorrer após a aprovação do plano de contingência pela Administração, devendo a contratada adotar todas as medidas necessárias para garantir que a interrupção do fornecimento de água não comprometa o funcionamento da unidade e o atendimento à população.

6.5 Local de atendimento:

6.5.1. Os serviços deverão ser executados pela CONTRATADA nas dependências da Unidade Demandante localizadas no endereço a seguir:

- Casa de Apoio do Município de Vilhena: Rua Tales Benevides nº 5434, Bairro Rio Madeira, Porto Velho/RO.

6.6. Garantia dos Serviços:

6.6.1. A Contratada deverá garantir os serviços contratados e responderá, nos ditames da lei, por quaisquer danos decorrentes da má execução do instrumento contratual.

6.7. A estratégia de execução do serviço consistirá em:

6.7.1 Da Limpeza/Esgotamento de Fossas Sépticas (esvaziamento, coleta, transporte e destinação final de dejetos líquidos e sólidos):

- a) A realização dos serviços ocorrerá de forma global, conforme necessidade da unidade demandante, somente após a emissão da Nota de Empenho e/ou contrato de serviço.
- b) Os serviços deverão ser entregues em perfeitas condições de acabamento e funcionamento, ou seja, o local a ser realizado o serviço deverá ser entregue organizado e limpo.
- c) A contratada deverá dispor de todos os recursos necessários para tornar acessível e praticável a realização dos referidos serviços nas áreas inóspitas e de difícil acesso.
- d) A Contratada deverá adotar medidas de proteção nos locais onde serão executados os serviços e providenciar posteriormente a limpeza de toda área trabalhada.
- e) Os resíduos provenientes dos esvaziamentos das fossas sépticas deverão ser transportados no próprio carro de esgotamento até o seu destino final de forma a não derramar os resíduos em vias públicas sendo de responsabilidade da CONTRATADA qualquer tipo de dano ambiental.

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Estado de Rondônia - CNPJ 21.467.008/0001-32
Rua Geraldo Magela n.º 448 Centro
Vilhena CEP: 76980-060 Fone: (69) 3322-2945





PODER EXECUTIVO
MUNICÍPIO DE VILHENA
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE – SEMUS
SETOR DE COMPRAS

f) Para os serviços emergenciais, deverá a empresa manter serviços de plantão 24 horas. E, quando for o caso, realizá-los em até 24 (vinte e quatro) horas após o recebimento da Nota de Empenho e/ou Ordem de Serviços.

g) Consideram-se serviços emergenciais, aqueles ocasionados por transbordamento de fossas, causado por chuvas fortes, tempestades, acidentes, e todos aqueles que podem comprometer a segurança das pessoas e bens patrimoniais.

h) A Contratada deverá observar todas as normas vigentes acerca do meio ambiente, Ministério da Saúde, Vigilância Sanitária, Secretaria do Meio Ambiente e Prefeitura Municipal, em especial ao que dispõe a Lei Nacional nº 12.305/10, no que concerne à destinação dos resíduos e outras obrigações.

6.7.2. Da desobstrução de Encanamentos (desentupimento) e Limpeza de Caixas de Gordura:

a) A realização dos serviços ocorrerá de forma global, conforme necessidade da unidade demandante, somente após a emissão da Nota de Empenho e/ou contrato de serviço.

b) Estes serviços serão executados através de equipamentos específicos, como bombas de alta pressão para desobstruir, retirar e armazenar toda a sujeira da tubulação, evitando transbordamento de água, gordura, sujeira, mau cheiro e entupimento da tubulação, entre outros.

c) Para a retirada dos resíduos da caixa de gordura com a utilização de caminhão tanque, caso seja necessário, deverá ser observado um local adequado para o procedimento.

d) Realizar a destinação correta dos resíduos oriundos dos serviços de limpeza, observando a legislação específica vigente.

e) Os serviços deverão ser entregues em perfeitas condições de acabamento e funcionamento, ou seja, o local a ser realizado o serviço deverá ser entregue organizado e limpo.

f) A contratada deverá dispor de todos os recursos necessários para tornar acessível e praticável a realização dos referidos serviços nas áreas inóspitas e de difícil acesso, em que se encontram as caixas e tubulações de gordura e esgotamento.

g) A Contratada deverá adotar medidas de proteção nos locais onde serão executados os serviços e providenciar posteriormente a limpeza de toda área trabalhada.

6.7.3 Da Limpeza e Assepsia de Caixas d'água:





**PODER EXECUTIVO
MUNICÍPIO DE VILHENA
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE – SEMUS
SETOR DE COMPRAS**

- a) A realização dos serviços ocorrerá a cada 06 (seis) meses, somente após a emissão da Nota de Empenho e/ou contrato de serviço.
- b) Para a execução dos serviços, avaliar a melhor forma de acesso ao reservatório ou a caixa d'água, visando minimizar os riscos de acidente e otimizar o andamento dos trabalhos.
- c) Materiais autorizados para a execução dos serviços: balde de plástico; esponja lisa; pano de algodão limpo; escova com cerdas arredondadas (não pode ser de aço), esponja; pá de plástico e hipoclorito de sódio (NaCLO).
- d) Utilizar somente produtos aprovados pela ANVISA.
- e) Usar, obrigatoriamente, os equipamentos de proteção individual (EPI) e, quando necessário, equipamentos de proteção coletiva (EPC), em vista do risco que o serviço oferece.
- f) Verificar antecipadamente em cada caixa d'água, as condições de acessibilidade; o estado de conservação da (s) tampa(s), bóia(s), registro(s) e tubulações; se houver eventuais defeitos nas estruturas e equipamentos, notificar as irregularidades a fiscalização.
- g) Não havendo possibilidade de execução dos serviços, emitir Relatório de não Conformidade descrevendo as condições da caixa d'água indicando o(s) motivo(s) dessa impossibilidade.
- h) A limpeza de caixa d'água deve seguir as normas da ANVISA, conforme segue:
- O registro de entrada da água poderá ser fechado um dia antes da limpeza, para utilização de toda a água armazenada, evitando o desperdício.
 - Fechar o registro de entrada da água;
 - Limpar primeiro a tampa e removê-la;
 - Manter um palmo de água no fundo e com saída tampa da (para evitar que a sujeira escoe pelo ralo), lave o interior da caixa com um pano úmido. Caso ela seja de fibrocimento, substitua o pano por uma escova de fibra vegetal ou de cerdas de plástico. Não use escova de aço, vassoura, sabão, detergente ou outros produtos químicos. Os utensílios de limpeza da caixa devem ser de uso exclusivo.
 - Retirar a água da limpeza e a sujeira utilizando pá de plástico, balde e panos. Secar o fundo com um pano limpo;





**PODER EXECUTIVO
MUNICÍPIO DE VILHENA
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE – SEMUS
SETOR DE COMPRAS**

- Quando a caixa estiver seca e com a saída ainda fechada, deixe entrar um palmo de água e adicione 2 litros de água sanitária (esta proporção é para uma caixa d'água de 1.000 litros);
- Deixe essa solução desinfetante repousar por duas horas. Com a ajuda de balde ou caneca de plástico, utilize-a para molhar as paredes internas da caixa e da tampa, incluindo as bordas. Faça isso a cada meia hora até completar duas horas;
- Após duas horas, abrir a saída e esvaziar a caixa. Abra todas as torneiras e acione as descargas para desinfetar todas as tubulações da unidade;
- Depois de abrir o registro (ou soltar a boia), deixar a caixa encher. Orientar a unidade a utilizar a primeira água para lavar banheiro ou pisos;
- Tampar bem a caixa para que não entrem insetos, sujeiras ou mesmo animais pequenos. Isso evita a transmissão de doenças.
- Anotar a data da limpeza do lado de fora da caixa e, na sua agenda, a data para a próxima limpeza. Abrir a entrada de água da unidade e deixar a caixa encher. Essa água já pode ser usada.
- A empresa deverá apresentar fotos antes e depois da realização dos serviços.
- A empresa deverá elaborar relatórios a cada limpeza das caixas d'água.

6.7.4 Da Limpeza e Desinfecção de Poço Artesiano:

- a) A realização dos serviços ocorrerá a cada 06 (seis) meses, somente após a emissão da Nota de Empenho e/ou contrato de serviço.
- b) O serviço de limpeza e desinfecção de poços tubulares consiste na retirada do sistema de bombeamento com a finalidade de higienização da tubulação edutora e bomba submersa com solução clorada a fim de descartar todo o material oriundo de incrustação.
- c) Por seguinte, adição de produto químico desincrustante à base de polifosfatos (hexametáfosfato de sódio) pelo revestimento do poço.
- d) Deve ser utilizado compressor de ar de com cavalagem suficiente para execução efetiva do serviço, para o método de “recirculação” (ou “AIR-LIFT”) que consiste na circulação de ar comprimido para melhor ação do produto químico e remoção do material resultante da reação química entre este produto e a incrustação contida no poço e possíveis materiais sólidos decantados.





PODER EXECUTIVO
MUNICÍPIO DE VILHENA
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE – SEMUS
SETOR DE COMPRAS

e) Após o processo de turbilhonamento com compressor de ar e remoção de todo material incrustante até a água apresentar estado cristalino (ausência de gosto, odor e cor), recolocação do sistema de bombeamento.

f) Em seguida a bomba é ligada e espera-se um tempo para que retire os últimos resíduos da água (geralmente algumas horas, a depender da profundidade), depois desse período, o poço pode ser usado novamente.

6.7.5 Dos Materiais e equipamentos a serem disponibilizados:

a) Todo e qualquer material, equipamentos, acessórios, produtos, veículos ou mão de obra necessários para a execução dos serviços serão fornecidos pela CONTRATADA.

b) Os materiais de consumo para limpeza, tratamento, conservação e os produtos químicos, necessários à prestação dos serviços, serão fornecidos pela CONTRATADA.

c) Deverão ser fornecidos materiais de limpeza e produtos químicos indicação da marca, do registro do produto e da procedência, devidamente aprovados pela ANVISA e em quantidade suficiente.

d) Adotar medidas para evitar o desperdício de água tratada– ver Resolução do CONSELHO NACIONAL DO MEIO AMBIENTE– CONAMA, no uso das atribuições que lhe confere o art. 7º, inciso IX, do Decreto 88.351, de 1º de junho de 1983 que estabelece a RESOLUÇÃO CONAMA Nº 003 de 05 de junho de 1984-“Considerando que a saúde e o bem estar humano, bem como o equilíbrio ecológico aquático, não devem ser afetados como consequência da deterioração da qualidade das águas”.

e) Deverão ser fornecidos equipamentos e acessórios em quantidade suficiente para atender à demanda dos serviços e em bom estado de funcionamento. Não será permitida a interrupção do serviço de corrente de defeito de equipamento.

f) As máquinas e os equipamentos que exigem energia elétrica para funcionamento deverão ser compatíveis com as instalações elétricas disponíveis na de dispositivo contra descarga elétrica.

7. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO:

7.1. A definição dos requisitos da contratação destina-se a selecionar a solução mais alinhada ao interesse público, com ênfase em critérios de sustentabilidade, observância das legislações





**PODER EXECUTIVO
MUNICÍPIO DE VILHENA
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE – SEMUS
SETOR DE COMPRAS**

e regulamentações aplicáveis, além de padrões mínimos de qualidade e desempenho que asseguram o atendimento das necessidades da Secretaria Municipal de Saúde. A escolha criteriosa dos requisitos se destina a propiciar um processo licitatório competitivo, transparente e que promova o desenvolvimento sustentável, em alinhamento com os princípios da Lei 14.133/2021.

7.2. A empresa contratada deve possuir comprovada experiência na execução dos serviços, com apresentação de atestados de capacidade técnica emitidos por outras instituições públicas ou privadas.

7.3. Usar, obrigatoriamente, os equipamentos de proteção individual (EPI) e, quando necessário, equipamentos de proteção coletiva (EPC), em vista do risco que o serviço oferece.

7.4 A empresa contratada deve garantir disponibilidade para execução do serviço de forma programada ou emergencial, respeitando os prazos estabelecidos no contrato e atendendo prontamente em situações de urgência.

7.5. A empresa deve apresentar todas as licenças operacionais necessárias, como licenciamento ambiental, e estar regularizada junto aos órgãos de fiscalização.

7.6. No caso de limpeza e assepsia de caixas d'água e poço artesiano a licitante deverá ainda:

- a) Adotar medidas para evitar o desperdício de água tratada– ver Resolução do CONSELHO NACIONAL DO MEIO AMBIENTE–CONAMA, no uso das atribuições que lhe confere o art7º, inciso IX, do Decreto 88.351, de 1º de junho de 1983 que estabelece a RESOLUÇÃO CONAMA Nº 003 de 05 de junho de 1984– “Considerando que a saúde e o bem estar humano, bem como o equilíbrio ecológico aquático, não devem ser afetados como consequência da deterioração da qualidade das águas”.

- b) Licença Sanitária expedida pela Vigilância Sanitária municipal;

7.7. No caso de limpeza esgotamento de fossa séptica a licitante deverá ainda:

- a) A equipe técnica deve ser composta por profissionais qualificados e com certificações necessárias para manuseio e descarte de resíduos provenientes de fossas sépticas e esgotos.
- b) A empresa deverá atuar em conformidade com as normas técnicas e ambientais vigentes, especialmente as relacionadas à ANVISA, ABNT NBR 13969 (sobre

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Estado de Rondônia - CNPJ 21.467.008/0001-32
Rua Geraldo Magela n.º 448 Centro
Vilhena CEP: 76980-060 Fone: (69) 3322-2945





PODER EXECUTIVO
MUNICÍPIO DE VILHENA
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE – SEMUS
SETOR DE COMPRAS

sistemas de tratamento de esgoto) e regulamentações estaduais ou municipais sobre o manejo de resíduos sólidos e líquidos.

- c) Deverá garantir e comprovar que o transporte e o descarte dos resíduos serão realizados em locais licenciados por órgãos ambientais competentes.
- d) A empresa deve dispor de equipamentos adequados e modernos, incluindo caminhões equipados com dispositivos de sucção e limpeza de fossas, de forma a garantir a eficiência e segurança na execução dos serviços.
- e) Apresentar as licenças ambientais pertinentes a autorização para atuação deste fim, da empresa e de acordo com a Resolução n. 237/CONAMA, de 19 de dezembro de 1997 que regulamenta os aspectos de licenciamento ambiental estabelecidos na Política Nacional do Meio Ambiente, bem como do veículo, que permita a execução do objeto deste Termo de Referência.
- f) Licença Sanitária expedida pela Vigilância Sanitária municipal;

7.8. Além dos pontos acima, o adjudicatário deverá apresentar declaração de que tem pleno conhecimento das condições necessárias para a prestação do serviço como requisito para celebração do contrato.

8. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO:

8.1 Trata-se de contratação de empresa especializada na limpeza/ esgotamento de fossas sépticas, desobstrução de encanamentos e limpeza do poço artesiano e caixas d'água para atender as demandas da Casa de Apoio do Município de Vilhena, cujos padrões de desempenho e qualidade são definidos por meio de especificações reconhecidas e usuais do mercado.

8.2. A solução que melhor atende às necessidades desta pasta é a aquisição, por meio de Pregão Eletrônico, que fará com que o preço a ser contratado se aproxime do valor de mercado. Assim, a contratação deverá ser feita com preços compatíveis aos praticados no mercado.

8.3. Os serviços a serem executados deverão observar as normas exigidas pelos órgãos ambientais competente e estrita obediência às especificações do **Termo de Referência**, não podendo, sob hipótese alguma, serem executados de forma distinta.

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Estado de Rondônia - CNPJ 21.467.008/0001-32
Rua Geraldo Magela n.º 448 - Centro
Vilhena - CEP: 76980-060 Fone: (69) 3322-2945





PODER EXECUTIVO
MUNICÍPIO DE VILHENA
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE – SEMUS
SETOR DE COMPRAS

9. DO CONTRATO E PRAZO DE EXECUÇÃO (Art. 6º, Inciso XXIII, Alínea f e Título III – Contratos Administrativos da Lei 14.133/2021):

9.1 O Contrato terá validade de 12 (doze) meses, contados da assinatura, podendo ser renovado por iguais e sucessivos períodos até o limite máximo decenal, nos termos do **Art. 106 da lei 14.133/2021**, em virtude da necessidade contínua do serviço e desde que comprovada sua vantajosidade.

9.2. Este Termo de Referência e seus anexos estão vinculados ao contrato ou seu equivalente, como também a proposta do licitante vencedor (**Art. 92º, Inciso II da Lei 14.133/2021**).

9.3. O contrato ou seu equivalente deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderão pelas consequências de sua inexecução total ou parcial (**Lei nº 14.133/2021, Art. 115º, caput**).

9.4. A CONTRATADA será obrigada a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, a suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato ou seu equivalente em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes de sua execução ou de materiais nela empregados (Lei nº 14.133/2021, Art. 119).

9.5. A CONTRATADA será responsável pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros em razão da execução do contrato ou seu equivalente, e não excluirá nem reduzirá essa responsabilidade à fiscalização ou o acompanhamento pelo contratante (Lei nº 14.133/2021, Art. 120).

9.6. Somente o CONTRATADO será responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato ou seu equivalente (Lei nº 14.133/2021, Art. 121, caput).

9.7. A inadimplência do CONTRATADO em relação aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais não transferirá à Administração a responsabilidade pelo seu pagamento e não poderá onerar o objeto do contrato ou seu equivalente (Lei nº 14.133/2021, Art. 121, §1º).

9.8. CONTRATANTE no uso de suas atribuições legais nomeará Gestor/Fiscal de Contrato, sendo indicado pelo representante da área requisitante preferencialmente o servidor que possuir conhecimento técnico do objeto da contratação e designado pelo(a) Secretário(a)





PODER EXECUTIVO
MUNICÍPIO DE VILHENA
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE – SEMUS
SETOR DE COMPRAS

Municipal de Saúde, para acompanhar e fiscalizar a execução contratual desde a concepção até a finalização.

9.9. Gestor de Contrato: O contrato deverá ser devidamente administrado, pela servidora LUCIANE HALABURA DE ARAUJO DOURADO, Matrícula: 10419.

9.10. PRAZO DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS:

9.10.1. O prazo de início da execução dos serviços pelas empresas vencedoras não será superior a 10 (dez) dias corridos, contados após o recebimento da nota de empenho e/ou ordem de fornecimento, considerando que a ciência do ato será a data de confirmação da leitura do seu teor pelo destinatário.

9.10.2 O serviços de Limpeza de Fossa, Caixa de Gordura e Desobstrução de Encanamentos será global e de acordo com a necessidade da Unidade.

9.10.3 O serviços de Limpeza do Reservatórios de Água (Caixas d'água e Poço Artesiano) será Ordinário e deverá ser realizado em sua totalidade em todos os Reservatórios de Água a cada 06 (seis) meses.

9.11. DO RECEBIMENTO DOS SERVIÇOS:

9.11.1 São de inteira responsabilidade da Coordenação da Unidade Participante, juntamente com o Gestor do contrato os procedimentos de recebimento dos serviços, a qual gozam de autonomia para, dentro das normas e responsabilidades realizar acompanhamento, controle, fiscalização e avaliação dos serviços.

9.11.2 O Coordenador e o Gestor do Contrato, farão a conferência da quantidade e qualidade dos serviços executados, conforme especificações técnicas discriminadas no **item 6 deste Termo de Referência**;

9.11.3 Os serviços deverão ser executados de acordo com as especificações técnicas e demais disposições, conforme o item 6 deste Termo de Referência, não sendo permitido o recebimento dos serviços fora das especificações pré-definidas, salvo por motivo superveniente, devidamente justificado e aceita;

9.11.4 Feita à entrega pela contratada o contratante por intermédio dos responsáveis citado no item 9.11.1, realizará no prazo máximo de 05 (cinco) dias, os exames necessários para





PODER EXECUTIVO
MUNICÍPIO DE VILHENA
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE – SEMUS
SETOR DE COMPRAS

aceitação/aprovação dos serviços de modo a comprovar que o mesmo atende as especificações estabelecidas no presente Termo de Referência.

9.11.5 O recebimento e aceitação dos serviços serão observados as especificações contidas neste Termo de referência no edital e nas disposições contidas no **Art. 140 da Lei 14.133/2021**.

9.12. DO REAJUSTE (REPACTUAÇÃO) (Art. 92º Inciso V e X, §3º e 4º; Art. 124º Inciso I Alínea d; Art. 135º e 136º da Lei 14.133/21):

9.12.1. O Reajuste dos valores contratual terá como data base o orçamento estimado conforme o §7º do artigo 25 da Lei Federal nº 14.133 de 2021;

9.12.2. Deve ser observado o princípio da anualidade para o reajuste;

9.12.3. O índice a ser utilizado para o reajuste contratual será o IPCA e, em caso de sua extinção, outro que venha lhe suceder.

10. DA GARANTIA (Art. 40, § 1º Inciso III da Lei 14.133/2021):

10.1. A CONTRATADA ficará obrigada a garantir os padrões de qualidade na prestação dos serviços, os quais deverão sempre ser desempenhados seguindo as boas práticas e com zelo.

10.2. A CONTRATADA é responsável pelos danos causados diretamente à CONTRATANTE, decorrentes de sua culpa ou dolo quando da execução do contrato ou seu equivalente, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo órgão interessado.

10.3. A CONTRATADA ficará obrigada a prestar garantia contratual, **nos termos dos Arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133/21**.

10.4. Deverá a CONTRATADA optar por uma das modalidades de garantia previstas **no § 1º do art. 96 da Lei 14.133/21**.

10.5. O valor da caução deverá ser de 1% do valor do contrato.

11. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA (Art. 92, Inciso XIV da Lei 14.133/21):

11.1 Além das resultantes da aplicação da Lei nº. 14.133/21 e demais normas pertinentes, são obrigações da Contratada:





**PODER EXECUTIVO
MUNICÍPIO DE VILHENA
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE – SEMUS
SETOR DE COMPRAS**

11.1.1 Prestar os serviços e fornecer os produtos nas condições estabelecidas neste Termo de Referência, de acordo com a sua capacidade de fornecimento fixada na proposta de preço de sua titularidade, observando as quantidades, prazos e locais estabelecidos pelas Unidades solicitantes.

11.1.2 Possuir toda a infraestrutura necessária, suficiente e condizente para execução dos serviços, utilizando-se de materiais e pessoal capacitado e especializado e em condições plenas de saúde.

11.1.3 Cumprir rigorosamente as especificações técnicas e os prazos constantes deste Termo de Referência.

11.1.4. Manter a máxima integração entre a CONTRATADA e a CONTRATANTE, em relação à organização dos serviços, de modo a assegurar a qualidade dos mesmos.

11.1.5 Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações legais como encargos trabalhistas, previdenciários, ambientais, comerciais e fiscais, tais como impostos, taxas e multas, resultante da execução dos serviços.

11.1.6 Assumir toda responsabilidade do pagamento dos serviços prestados por pessoal técnico, transporte dos equipamentos, materiais, instalações e terceiros, para os locais de realizações dos serviços.

11.1.7 Responsabilizar-se-á pelo fornecimento de transporte, alimentação e hospedagem a seus empregados (se for o caso), da sua sede ao local onde os serviços serão prestados, não cabendo nenhum ônus ou responsabilidade para a CONTRATANTE.

11.1.8 Assumir a total responsabilidade por quaisquer acidentes que venham a ser vítimas seus empregados e terceiros decorrentes da prestação dos serviços objeto desta contratação, ou em conexão com eles, devendo adotar todas as providências que exige a legislação em vigor.

11.1.9 Responder, integralmente, por todos os ônus, encargos e perdas e danos que vier a causar à Contratante ou a terceiros, em razão de ação ou omissão dolosa ou culpa, sua ou dos seus prepostos, independentemente de outras cominações contratuais ou legais a que estiver sujeita quando for constatado que tenham sido ocasionados em decorrência do fornecimento do objeto.

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Estado de Rondônia - CNPJ 21.467.008/0001-32
Rua Geraldo Magela n.º 448 Centro
Vilhena CEP: 76980-060 Fone: (69) 3322-2945





PODER EXECUTIVO
MUNICÍPIO DE VILHENA
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE – SEMUS
SETOR DE COMPRAS

11.1.10 Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo máximo de 72 (setenta e dois) (horas), os serviços efetuados em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados, a critério da Administração.

11.1.11 Fornecer os materiais e equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, na qualidade e quantidades especificadas, nos termos de sua proposta.

11.1.12 Relatar à Administração toda e qualquer irregularidade verificada no decorrer da prestação dos serviços.

11.1.13 Fornecer e providenciar a utilização dos equipamentos de proteção individual (EPI's), de acordo com a Lei de Segurança e Medicina do Trabalho (Lei Federal nº 6.514, de 22 de dezembro de 1977) e Norma Regulamentadora nº06 aprovada pela Portaria GM nº 3.214 do Ministério do Trabalho, de 08 de junho de 1978.

11.1.14 Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação (Art. 92º, Inciso XVI da Lei 14.133/21).

11.1.15 Conforme estabelecido no Artigo 122 da Lei Federal no 14.133/2021, é vedada a subcontratação da totalidade dos serviços objeto deste procedimento administrativo.

11.1.16 Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no Art. 124º, Inciso II, Alínea d da Lei nº 14.133/2021.

11.1.17 Prestar os serviços dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidas pelo Ministério da Saúde, ANVISA e demais órgãos, em observância às normas legais e regulamentares aplicáveis e, inclusive, às recomendações aceitas pela boa técnica.

12. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE (Art. 92, Inciso XIV da lei 14.133/2021):

12.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo **CONTRATADO**, de acordo com o Termo de Referência e seus anexos.





PODER EXECUTIVO
MUNICÍPIO DE VILHENA
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE – SEMUS
SETOR DE COMPRAS

12.2. Oferecer todas as condições e informações necessárias para que a **CONTRATADA** possa fornecer o objeto adjudicado dentro das especificações exigidas neste Termo de Referência.

12.3. Emitir nota de empenho a crédito do(s) fornecedor (es) no valor total correspondente ao objeto solicitado.

12.4. Encaminhar a nota de empenho para a **CONTRATADA**.

12.5. Conferir o objeto recebido e as notas fiscais se os mesmos estão de acordo com a nota de empenho.

12.6. Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela **CONTRATADA**, proporcionando todas as condições para que a mesma possa cumprir suas obrigações dentro dos prazos estabelecidos.

12.7. Fiscalizar a entrega do objeto podendo sustar, recusar, mandar fazer ou desfazer, no todo ou em parte, qualquer objeto entregue que não esteja de acordo com as condições e exigências estabelecidas neste Instrumento.

12.8. Notificar, por escrito, a **CONTRATADA** na ocorrência de eventuais falhas no curso de execução das obrigações assumidas, aplicando, se for o caso, as penalidades previstas neste Termo de Referência.

12.9. Aplicar ao **CONTRATADO** sanções motivadas pela inexecução total ou parcial do Contrato ou seu equivalente.

12.10. Pagar a fatura ou nota fiscal devidamente atestada, no prazo e forma previstos neste Termo de Referência.

12.11. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo **CONTRATADO** com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato ou seu equivalente, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do **CONTRATADO**, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

13. PAGAMENTO (Art. 6º Inciso XXIII Alínea g; Art. 18 Inciso III e Art. 92; Capítulo X – Dos Pagamentos da lei 14.133/2021):

13.1. O pagamento será efetuado em favor da **CONTRATADA** em até 30 (trinta) dias após a entregue serviço, através de transferência bancária em conta corrente (**Art. 142 da Lei**





PODER EXECUTIVO
MUNICÍPIO DE VILHENA
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE – SEMUS
SETOR DE COMPRAS

14.133/2021), mediante apresentação da Nota Fiscal, devidamente certificada pela Coordenação da Unidade Demandante.

13.2. As notas fiscais deverão conter a descrição de objeto, conforme descrito no empenho, constar os dados bancários, estarem em nome da **CONTRATANTE**, e deverão estar acompanhadas de comprovante de regularidade (certidão negativa) perante a Fazenda Federal, inclusive relativa ao Fundo de Garantia por Tempo (FGTS), CNDT, comprovantes estes da manutenção das condições da habilitação, constatada por meio de consulta aos sítios eletrônicos oficiais da documentação mencionada no **Art. 68 da Lei 14.133/2021**.

13.3. A fatura/nota fiscal que for apresentada com erro será devolvida a **CONTRATADA** para retificação e reapresentação acrescentando-se, os dias que se passarem entre a data da devolução e a da reapresentação.

13.4. Havendo erro no documento de cobrança, ou outra circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará com o pagamento pendente até que o **CONTRATADO** providencie as medidas saneadoras necessárias, não ocorrendo, neste caso, qualquer ônus a **CONTRATANTE**.

13.5. Se, por qualquer motivo alheio à vontade da **CONTRATANTE**, for paralisada a entrega do objeto, o período correspondente não gerará obrigação de pagamento.

13.6. Não caberá pagamento de atualização financeira à **CONTRATADA** caso o pagamento não ocorra no prazo previsto por culpa exclusiva desta.

13.7. No caso de pendência de liquidação de obrigações pela **CONTRATADA**, em virtude de penalidades impostas, a **CONTRATANTE** poderá descontar de eventuais faturas devidas ou ainda, quando for o caso, cobrada judicialmente.

13.8. A **CONTRATANTE** poderá sustar o pagamento de qualquer fatura, no todo ou em parte, nos casos de:

- a) Existência de qualquer débito para com a **CONTRATANTE**;
- b) Se o objeto entregue não estiver de acordo com as especificações apresentadas e aceitas;

13.9. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a **CONTRATADA** não tenha concorrido de alguma forma para isso, como critério de atualização financeira dos valores a





PODER EXECUTIVO
MUNICÍPIO DE VILHENA
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE – SEMUS
SETOR DE COMPRAS

serem pagos, desde a data final do período de adimplemento até a data do efetivo pagamento, será utilizada a seguinte fórmula:

$$I = (6\%/100) 365$$

EM = I x N x VP, onde:

I = Índice de atualização financeira;

TX = Percentual da taxa de juros de mora anual= 6% (seis por cento), com vigência a partir da data de adimplemento da etapa;

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela em atraso.

13.10. O presente critério aplica-se aos casos de compensações financeiras por eventual atraso de pagamento.

13.11. Para fazer jus ao contrato, a empresa deverá estar regular perante a Fazenda Federal, a Seguridade Social, o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e obrigações trabalhistas, bem como quitação de impostos e taxas que porventura incidam sobre a aquisição, além do contrato devidamente assinado e publicado.

13.12. No caso de incorreção em qualquer dos documentos apresentados será o mesmo devolvido a **CONTRATADA** para as correções necessárias, não respondendo a **CONTRATANTE** por quaisquer encargos resultantes de atrasos na liquidação do pagamento.

13.13. A **CONTRATANTE** não efetua pagamento antecipado, não sendo considerados os itens das propostas que assim se apresentarem (**Art. 145 da lei 14.133/2021**).

13.14. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

13.15. Por ocasião do pagamento será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável, quando couber.

13.16. Antes de cada pagamento à **CONTRATADA**, serão realizadas consultas para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital.

13.17. Constatando-se a situação de irregularidade da **CONTRATADA**, será providenciada sua advertência, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação





PODER EXECUTIVO
MUNICÍPIO DE VILHENA
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE – SEMUS
SETOR DE COMPRAS

ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da **CONTRATANTE**.

13.18. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a **CONTRATANTE** deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da **CONTRATADA**, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

13.19. Persistindo a irregularidade a **CONTRATANTE** deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à **CONTRATADA** a ampla defesa.

13.20. Havendo a efetiva entrega do objeto, o pagamento deverá ser realizado normalmente, até que se decida pela sanção a ser aplicada, caso a **CONTRATADA** não regularize sua situação.

14. CRITÉRIOS DE ACEITABILIDADE DAS PROPOSTAS (Art. 6º, Inciso XXIII, Alínea h da Lei 14.133/2021):

14.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento licitatório na modalidade Pregão na forma eletrônica, conforme discriminado no **Item 1.2** deste Termo de Referência.

14.2. A proposta, que compreende a descrição dos produtos ofertados e preços unitários (por unidade), totais (unidade x valor unitário), que deverão ser compatíveis com o Termo de Referência e seus anexos, bem como atender a todas as suas exigências.

14.3. Serão desclassificadas as propostas que:

- a) Não atendam às exigências deste Termo e seus Anexos;
- b) Sejam omissas, vagas ou apresentem irregularidades, vícios e defeitos capazes de dificultar o julgamento;
- c) Não atendam às características mínimas deste Termo de Referência.

15. EXIGÊNCIAS DE HABILITAÇÃO (Art. 6º Inciso XXIII Alínea h; Capítulo VI, Arts. 62 ao 70 da Lei 14.133/2021):





PODER EXECUTIVO
MUNICÍPIO DE VILHENA
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE – SEMUS
SETOR DE COMPRAS

15.1. A habilitação é a fase da licitação em que se verifica o conjunto de informações e documentos necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação. Para tanto, será exigido do licitante:

15.2. Habilitação Jurídica (**Art. 62, Inciso I; Art. 66 da Lei 14.133/2021**):

15.2.1. A habilitação jurídica visa demonstrar a capacidade de o licitante exercer direitos e assumir obrigações (**Art. 66 da Lei 14.133/2021**). Serão exigidos:

- a) Registro Comercial, no caso de empresa individual;
- b) Inscrição do Ato Constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova de diretoria em exercício;
- c) Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir;
- d) Ato Constitutivo, Estatuto ou Contrato Social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedade por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores, para comprovação do ramo de atividade, onde seja compatível com o objeto desta licitação;
- e) Documentos pessoais do representante legal da empresa.

15.3. Regularidade Fiscal, Social e Trabalhista (**Art. 62, Inciso III; Art. 68 da Lei 14.133/2021**):

- a) Cartão de CNPJ;
- b) Certidão de Regularidade de Débitos com a Fazenda Federal (da Secretaria da Receita Federal e da Procuradoria da Fazenda Nacional), admitida comprovação também, por meio de “certidão positiva com efeito de negativo”, diante da existência de débito confesso, parcelado e em fase de adimplemento (**Art. 68, Inciso III da Lei 14.133/2021**);
- c) Certidão de Regularidade de Débitos com a Fazenda Estadual, admitida comprovação também, por meio de “certidão positiva com efeito de negativo”, diante da existência de débito confesso, parcelado e em fase de adimplemento (**Art. 68, Inciso III da Lei 14.133/2021**);
- d) Certidão de Regularidade de Débitos com a Fazenda Municipal, admitida comprovação também, por meio de “certidão positiva com efeito de negativo”, diante da existência de





PODER EXECUTIVO
MUNICÍPIO DE VILHENA
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE – SEMUS
SETOR DE COMPRAS

débito confesso, parcelado e em fase de adimplemento (**Art. 68, Inciso III da Lei 14.133/2021**);

e) Certidão de Regularidade do FGTS, admitida comprovação também, por meio de “certidão positiva com efeito de negativo”, diante da existência de débito confesso, parcelado e em fase de adimplemento (**Art. 68, Inciso IV da Lei 14.133/2021**).

f) Certidão de Regularidade perante a Justiça do Trabalho – CNDT (**Lei Federal n.º 12.440/2011, de 07/07/2011**). Esta certidão poderá ser emitida gratuitamente nas páginas eletrônicas do Tribunal Superior do Trabalho, do Conselho Superior da Justiça do Trabalho e dos Tribunais Regionais do Trabalho, mediante indicação do CPF ou CNPJ do interessado; podendo ser Certidão Negativa ou Certidão Positiva com efeitos de negativa (**Art. 68, Inciso V da Lei 14.133/2021**);

g) Declaração Conjunta de:

- Inexistência de Fato Superveniente impeditivo de habilitação;
- Declaração de que não possuiu em seu quadro de pessoal, empregado(s) menor(es) de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e, em qualquer trabalho, menor(es) de 16 (dezesseis) anos, salvo na condição de aprendiz a partir de 14 (quatorze) anos, nos termos do **Artigo 1º, do Decreto Federal nº 4.358, de 2002 (Art. 68, Inciso VI da Lei 14.133/2021)**;
- Declaração de inexistência de servidor público da ativa, nos quadros funcionais da empresa (sócio/administrador/diretor, etc.);
- Declaração de Conhecimento e concordância com todos os termos do Termo de Referência e seus anexos e de Cumprimento Pleno de todos os Requisitos de Habilitação exigidos;
- Declaração de que a proposta apresentada para participar da licitação foi elaborada de maneira independente pela empresa, e o conteúdo da proposta não foi, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, informado, discutido ou recebido de qualquer outro participante potencial deste certame, por qualquer meio ou por qualquer pessoa.

15.4. Qualificação Econômico-Financeira (Art. 62, Inciso IV; Art. 69 da Lei 14.133/2021):





PODER EXECUTIVO
MUNICÍPIO DE VILHENA
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE – SEMUS
SETOR DE COMPRAS

15.4.1. A habilitação econômico-financeira visa demonstrar a aptidão econômica do licitante para cumprir as obrigações decorrentes do futuro contrato ou seu equivalente. Para isso será exigido (**Art. 69 da Lei 14.133/2021**):

a) Balanço Patrimonial, Demonstração de Resultado de Exercício e demais demonstrações contábeis, referente aos dois últimos exercícios sociais, ou o Balanço de Abertura, caso a licitante tenha sido constituída em menos de um ano, devidamente autenticado ou registrado nos órgãos competentes (**Art. 69, Inciso I da Lei 14.133/2021**);

15.5. ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA:

15.5.1 Apresentar atestado e/ou declaração de capacidade técnica, expedido(s) por pessoa(s) jurídica(s) de direito público ou privado, em nome da empresa, que comprove(m) de maneira satisfatória, a aptidão para desempenho de atividades pertinentes e compatíveis em características com o objeto deste Termo.

15.5.2 O atestado emitido por pessoa jurídica de direito privado deverá, obrigatoriamente, estar em papel timbrado com identificação e endereço da emitente, o nome completo do signatário, estando as informações ali contidas sujeitas a verificação.

15.5.3 A licitante poderá apresentar quantos atestados forem necessários para a comprovação da exigência.

15.5.4 A comprovação de capacidade técnica estará sujeita à confirmação da veracidade de suas informações por meio de possíveis diligências, conforme prescreve o art. 63, I, II e III da Lei n. 14.133/2021.

15.5.5 A licitante dos itens 01 e 02 deverá ainda apresentar:

a) Apresentar as licenças ambientais pertinentes a autorização para atuação deste fim, da empresa e de acordo com a Resolução n. 237/CONAMA, de 19 de dezembro de 1997 que regulamenta os aspectos de licenciamento ambiental estabelecidos na Política Nacional do Meio Ambiente, bem como do veículo, que permita a execução do objeto deste Termo de Referência, como:

I - Licença de Operação, emitida pelo órgão ambiental competente, do LOCAL ONDE SERÃO DESCARTADOS OS DEJETOS oriundos dos serviços de desentupimento e limpeza de fossa séptica;





PODER EXECUTIVO
MUNICÍPIO DE VILHENA
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE – SEMUS
SETOR DE COMPRAS

II - Licença de Operação, emitida pelo órgão ambiental competente, para COLETA, TRANSPORTE, TRATAMENTO e DESTINAÇÃO de resíduos sanitários.

III - Licença de Operação, emitida pelo órgão ambiental competente, para a EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS de desentupimento e limpeza de fossa séptica;

IV - Caso a empresa não possua a estação própria de tratamento de esgoto no local da prestação dos serviços, OBRIGATORIAMENTE apresentará:

- Licença de Operação da estação de tratamento de esgoto (ETE) onde ocorrerá o tratamento e a destinação dos resíduos e;
- Declaração de Anuência ou Contrato firmado com a empresa de estação de tratamento de esgoto (ETE), atestando que receberá e realizará o devido tratamento e destinação final dos resíduos provenientes dos serviços de desentupimento e limpeza de fossa séptica, efetuados pela empresa licitante.

b) Licença Sanitária expedida pela Vigilância Sanitária municipal;

16. DA PARTICIPAÇÃO DAS EMPRESAS (Art. 6º, Inciso XXIII, Alínea d da Lei 14.133/2021):

16.1. Poderão participar deste certame, todas as empresas do ramo pertinente ao objeto do presente Termo de Referência, devidamente qualificado, mediante comprovação das regularidades fiscais, obedecendo à legislação que rege a matéria.

16.2. O não cumprimento dos prazos estabelecidos no Edital e seus anexos poderão acarretar em desclassificação da empresa.

16.3. Exigir-se-á dos interessados na fase de habilitação, nos termos estabelecidos nos **Artigos 62 ao 70 da Lei 14.133/2021**:

16.4. Não poderão participar as empresas enquadradas em quaisquer das hipóteses a seguir elencadas:

a) Suspensas temporariamente de participar de licitações ou impedidas de contratar quando a penalidade foi aplicada pelo órgão ou entidade licitante, com fundamento no **Art. 14, Inciso III da Lei n. 14.133/2021**;

b) Impedidas de participar de licitações ou de contratar, quando a penalidade foi aplicada por órgão ou entidade da Administração Pública Federal ou atingidas por outra vedação legal que





PODER EXECUTIVO
MUNICÍPIO DE VILHENA
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE – SEMUS
SETOR DE COMPRAS

conste do Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) da Controladoria Geral da União (CGU), do Portal da Transparência, do Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e/ou da Lista de Inidôneos do Tribunal de Contas da União (TCU);

c) Declaradas inidôneas para licitar ou contratar com a Administração Pública, com fundamento no **Art. 14, Inciso III da Lei n. 14.133/2021**;

d) Constituídas com o mesmo objeto e da qual participem sócios e/ou administradores de empresas anteriormente declaradas inidôneas, nos termos do **Art. 46 da Lei nº 8.443/1992**, desde que a constituição da sociedade tenha ocorrido após a aplicação da referida sanção e no prazo de sua vigência;

e) Que se enquadrem nas vedações previstas no **Artigo 14 da Lei 14.133/2021**;

f) Que se encontrem sob falência, dissolução ou liquidação;

g) Que estejam reunidas em consórcio, de acordo com o **Art. 14 Inciso II da Lei 14.133/2021**, uma vez que o objeto se reveste de simplicidade e não envolve questões de alta complexidade e relevante vulto, pois as empresas isoladamente têm condições de suprir os requisitos de habilitação e não há restrição à competitividade (**Acórdãos TCU n. 2.457/2017-Plenário e n. 11196/2011-2ª Câmara**);

h) Estrangeiras que não funcionem no País;

i) Empresa que não possua sede e operação de funcionalidade.

16.5. Nos termos do **Art. 5º do Decreto 9.507, de 21 de setembro de 2018**, é vedada a contratação de pessoa jurídica na qual haja administrador ou sócio com poder de direção, familiar de:

a) Detentor de cargo em comissão ou função de confiança que atue na área responsável pela demanda ou contratação; ou

b) De autoridade hierarquicamente superior no âmbito do órgão contratante.

16.5.1. Para os fins do disposto neste item, considera-se familiar o cônjuge, o companheiro ou o parente em linha reta ou colateral, por consanguinidade ou afinidade, até o terceiro grau (com amparo na interpretação sistemática do **Art. 37, caput, da Constituição Federal, da Súmula Vinculante/STF nº 13, do Art. 18, inciso II, da Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de**





PODER EXECUTIVO
MUNICÍPIO DE VILHENA
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE – SEMUS
SETOR DE COMPRAS

1999, Art. 5º, Inciso V, da Lei nº 12.813, de 16 de maio de 2013 e do Art. 2º, Inciso III, do Decreto nº 7.203, de 04 de junho de 2010).

16.6. Nos termos do Art. 7º do Decreto nº 7.203, de 2010, é vedada, ainda, a utilização, na execução dos serviços contratados, de empregado da futura **CONTRATADA** que seja familiar de agente público ocupante de cargo em comissão ou função de confiança neste órgão **CONTRATANTE**.

17. PENALIDADES (Art. 92, Inciso XIV, Arts. 155 ao 163 da lei 14.133/2021):

17.1. Comete infração administrativa, nos termos do Art. 155 Lei nº 14.133/2021, o **CONTRATADO** que:

- a) Der causa à inexecução parcial do contrato ou seu equivalente;
- b) Der causa à inexecução parcial do contrato ou seu equivalente que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) Der causa à inexecução total do contrato ou seu equivalente;
- d) Deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- e) Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- f) Não celebrar o contrato (ou retirar seu equivalente) ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- g) Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- h) Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a dispensa eletrônica ou execução do contrato ou seu equivalente;
- i) Fraudar a contratação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato ou seu equivalente;
- j) Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- k) Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da contratação;
- l) Praticar ato lesivo previsto no Art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

17.2. Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas acima descritas as seguintes sanções (Art. 156 Lei nº 14.133/2021):





PODER EXECUTIVO
MUNICÍPIO DE VILHENA
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE – SEMUS
SETOR DE COMPRAS

- a) Advertência;
- b) Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas **alíneas “b”, “c”, “d”, “e”, “f” e “g”** do **item 17.1** deste Instrumento, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (**Art. 156, §4º da Lei 14.133/2021**);
- c) Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas **“h”, “i”, “j”, “k” e “l”** do **item 17.1** deste Instrumento, bem como nas alíneas **“b”, “c”, “d”, “e”, “f” e “g”** do mesmo item, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (**Art. 156, §5º da Lei 14.133/2021**);
- d) Multa moratória de 0,5% (cinco décimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias (**Art. 156, §3º; Art. 162º da Lei 14.133/2021**);
- e) Multa compensatória de 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato ou seu equivalente, no caso de inexecução total do objeto ou sobre o valor da parcela inadimplida, no caso de inexecução parcial (**Art. 156, §3º, Art. 162, Parágrafo Único da Lei 14.133/2021**).
- 17.3. Na aplicação das sanções serão considerados (**Art. 156, §1º da Lei 14.133/2021**):
- a) A natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) As peculiaridades do caso concreto;
- c) As circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) Os danos que dela provierem para a Administração Pública.
- 17.4. A sanção prevista na Alínea a do **item 17.2** deste Instrumento será aplicada exclusivamente pela infração administrativa prevista na Alínea a do **item 17.1** deste Instrumento, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave (**Art. 156, §2º da Lei 14.133/2021**).
- 17.5. A sanção estabelecida na **Alínea c** do **item 17.2** deste Instrumento será precedida de análise jurídica e será de competência exclusiva da autoridade máxima desta Secretaria, ou seja, do Secretário Municipal de Saúde (**Art. 156, §6º da Lei 14.133/2021**).
- 17.6. As sanções previstas nas **alíneas “a”, “b” e “c”** do **item 17.2** deste Instrumento, poderão ser aplicadas cumulativamente com as sanções previstas nas **alíneas “d” e “e”** do mesmo **item 17.2** deste Instrumento (**Art. 156, §7º da Lei 14.133/2021**).





PODER EXECUTIVO
MUNICÍPIO DE VILHENA
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE – SEMUS
SETOR DE COMPRAS

17.7. O valor das multas aplicadas será descontado dos pagamentos eventualmente devidos pelo **CONTRATANTE** ou, quando for o caso, cobradas judicialmente.

17.8. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (**Art. 156, §8º da lei 14.133/2021**).

17.9. Na aplicação da sanção prevista nas **Alíneas “d” e “e” do item 17.2** deste Instrumento, será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (**Art. 157 da lei 14.133/2021**).

17.10. A aplicação das sanções previstas no **item 17.2** deste Instrumento não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública (**Art. 156, §9º da lei 14.133/2021**).

17.11. A aplicação das sanções previstas nas **Alíneas “b” e “c” do item 17.2** deste Instrumento requererá a instauração de processo de responsabilização, a ser conduzido nos termos do (**Art. 158 e seus parágrafos da Lei 14.133/2021**).

18. RECOLHIMENTO DO IMPOSTO DE RENDA:

18.1. Conforme Instrução Normativa RFB nº 2145, de 26 de junho de 2023:

“ART. 2º Os órgãos da administração pública direta dos estados, do Distrito Federal e dos municípios, inclusive suas autarquias e fundações, ficam obrigados a efetuar a retenção, na fonte, do imposto sobre a renda incidente sobre os pagamentos que efetuarem a pessoas jurídicas pelo fornecimento de bens ou prestação de serviços em geral, inclusive obras de construção civil.”

19. INFORMAÇÕES GERAIS:

19.1. Este Termo de Referência tem como base legal a **Lei nº 14.133/2021 – (Nova Lei de licitações e contratos)**; Decreto Municipal nº **59.677/2023** – regulamenta os procedimentos Auxiliares de licitação da lei 14.133/21 e **Lei nº 8.078/1990** (Dispõe sobre a proteção do consumidor).





PODER EXECUTIVO
MUNICÍPIO DE VILHENA
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE – SEMUS
SETOR DE COMPRAS

19.2. Os casos omissos serão resolvidos de acordo com as legislações bases citados no **item 19.1** e demais normas aplicáveis.

19.3. O presente Termo de Referência foi elaborado pela servidora Lilian Sabrina Carneiro Domingues, matrícula 15.787 e aprovado por Wagner Wasczuk Borges – Secretário Municipal de Saúde - Dec. Nº 60.332/2023.

20. DO FORO:

20.1. Fica eleito o foro da comarca de Vilhena/RO, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja para dirimir quaisquer dúvidas ou controvérsias oriundas desta licitação, que não puderem ser solucionadas administrativamente.

Vilhena/RO, 12 de Março de 2026.

Elaborado por:



Assinado por:
MUNICÍPIO DE VILHENA
LILIAN SABRINA CARNEIRO DOMINGUES



28/04/2026 10:28:29

<https://vilhena.oxxy.elotech.com.br/protocolo/consulta-autenticidade?identificador=647f62d5-67bc-4ca8-bb89-2f0c4ef8ab5>
DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE

Lilian Sabrina Carneiro Domingues
Setor de Compras
Mat. 15.787

Autorizado por:



Assinado por:
MUNICÍPIO DE VILHENA
WAGNER WASCZUK BORGES



28/04/2026 10:53:58

<https://vilhena.oxxy.elotech.com.br/protocolo/consulta-autenticidade?identificador=647f62d5-67bc-4ca8-bb89-2f0c4ef8ab5>
DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE

Wagner Wasczuk Borges
Secretário Municipal de Saúde
Decreto Nº 60.332/2023/PMV



FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Estado de Rondônia - CNPJ 21.467.008/0001-32
Rua Geraldo Magela n.º 448 - Centro
Vilhena - CEP: 76980-060 - Fone: (69) 3322-2945